

SECTOR TÊXTIL:

um estudo dos efeitos da abertura comercial sobre o setor têxtil brasileiro*

Simone Vilela Marquezini

Mestre em Economia – UNICAMP;

Professora de Economia Internacional no curso de Ciências Econômicas – UNINOVE.

smarquesini@uol.com.br

Paula Meyer Soares Passanezi

Doutora em Economia de Empresas – FGV-SP;

Coordenadora de Ciências Econômicas; Professora de Macroeconomia no curso de Ciências Econômicas – UNINOVE.

ppassanezi@uninove.br

Alexandre de Carvalho

Mestre em Economia de Empresas – FGV-SP;

Professor de Desenvolvimento Socioeconômico no curso de Ciências Econômicas – UNINOVE.

alecarvalho@gvmail.br

Resumo

A abertura comercial ocorrida no Brasil, em 1990, durante o governo Collor, ocasionou uma reestruturação da indústria de transformação. O objetivo deste trabalho é apresentar os efeitos da abertura comercial no setor têxtil durante o período 1993-2004 e as principais estratégias empresariais adotadas, com base em pesquisa feita por meio de entrevistas com empresários e instituições ligadas ao setor. Decorridos dez anos, a abertura comercial foi considerada bastante positiva para o alcance e aperfeiçoamento da estrutura produtiva têxtil. Além da redução tarifária, outros fatores, tais como a estabilização da economia e a desvalorização do câmbio em 1999, foram apontados como responsáveis também pelo processo de ajuste do setor.

Palavras-chave

Abertura comercial. Exportações. Importações. Indústria têxtil. Tarifas.

MARQUEZINI, Simone Vilela; PASSANEZI, Paula Meyer Soares; CARVALHO, Alexandre de. Setor têxtil: um estudo dos efeitos da abertura comercial sobre o setor têxtil brasileiro. *Revista Gerenciais*. v. 3, p. 23-33. São Paulo: UNINOVE, out. 2004.

* A realização deste trabalho se deve ao grupo de estudantes do curso de Ciências Econômicas da UNINOVE que participou do Programa de Iniciação Científica durante o período de 2003-2004. São eles: Anderson Leite, Fernando Rocha, Kelly Almeida, Rodrigo Pereira e Sandra Peres. Em 2003, resultados preliminares foram apresentados no III Congresso Internacional de Iniciação Científica promovido pela Universidade Anhembi-Morumbi, em São Paulo.

Textile sector: a study of the effects of the commercial opening on the Brazilian textile sector

Abstract

The process of commercial opening occurred in 1990 during the Collor's government made the transformation industry get into a restructuring process. The objective of this paper is to present the effects of the commercial opening of the textile sector during the period of 1993-2004 and main strategies adopted for the enterprises. The study was based on interview of the executives and institutions related to the textile sector. After ten years, the commercial opening is considered positive to the improvement of the productive structure of the sector. Besides the reduction on tariffs and the devaluation of the exchange rate in 1999, was pointed of the responsible factors of the adjusting process.

Key words

Commercial opening. Exports. Imports. Tariffs. Textile industry.

1. Introdução

Em 1990, durante o governo Collor, o país lançou mão de um ambicioso programa de abertura de sua economia capitaneado pela redução de barreiras e tarifas de importação. A idéia central do recém-empossado governo era a de que o crescimento da economia só ocorreria após a reestruturação de seu parque industrial e a consolidação de uma política coerente para o setor.

Assim, em fevereiro de 1990, por meio de medidas provisórias, implementou-se da noite para o dia um dos programas mais ambiciosos da história do país, dirigidos à indústria nacional. Tão logo os resultados de tais medidas começaram a surgir, houve forte reação dos diversos segmentos industriais. A adoção imediata do programa de abertura comercial ocorreu sem qualquer amparo às empresas atingidas, o que obrigou muitos segmentos a encerrar suas atividades ou ainda remodelá-las diante da nova conjuntura. Para outros, em contrapartida, a redução tarifária contribuiu para a modernização e dinamização do mercado e os resultados alcançados foram de certa maneira positivos.

Neste artigo, apresentaremos os efeitos do processo de abertura comercial da década passada no setor têxtil.

2. Abertura comercial: literatura

A partir da década de 90, intensificou-se a redução tarifária e aumentou-se a exposição da indústria nacional à concorrência externa, medidas que impactaram diferentemente os diversos setores da economia. A literatura que aborda o processo de abertura da economia brasileira é bastante ampla e diversificada. Vários autores debruçaram-se sobre os efeitos desse processo e o resultado foi a realização de inúmeros estudos a respeito.

As investigações procuravam compreender principalmente os efeitos da abertura comercial na atividade econômica brasileira e nos níveis de produtividade e emprego de diversos setores. Um

dos primeiros trabalhos escritos foi o de Braga; Rossi (1988). Nele, os autores analisam a evolução da produtividade de 21 setores da economia durante o período de 1970-1983. Os autores calcularam a produtividade total desses setores a partir de três elementos: as economias de escala, o progresso técnico e a utilização da capacidade, por meio de uma função logarítmica, e observaram que a metade possuía uma taxa negativa de produtividade. Isso significa dizer que, durante esse período, a indústria brasileira não registrou difusão de tecnologia.

Rossi Júnior e Ferreira (1999), diferentemente, ao medirem a produtividade total dos fatores (PTF) de 16 setores, verificaram que, no início dos anos 90, houve uma reversão da queda da produtividade da indústria nacional: a PTF média para os setores pesquisados foi de 2,1% para o período 1990-1995, contra 2,5% para 1985-1990. Os autores atribuem a esse incremento da produtividade a abertura da economia e a redução da taxa de proteção efetiva, confirmando, por sua vez, os benefícios do processo na expansão e modernização do parque industrial brasileiro.

No que diz respeito aos efeitos da abertura comercial no mercado de trabalho, Cacciamali (2001) apresenta um panorama geral dessas medidas na remuneração e distribuição de postos de trabalho no Brasil. A abertura da economia intensificou a competição setorial, e a demanda de mão-de-obra do setor industrial sofreu uma forte retração. Buscou-se a adoção de novos métodos de produção e a introdução de tecnologias poupadoras de mão-de-obra.

A intensificação do capital da produção nacional está diretamente relacionada à apreciação cambial ocorrida de 1990 a 1996. O aumento do custo médio da mão-de-obra em dólares foi de 83,3%, mais do que suficiente para compensar o aumento da produtividade do trabalho de 61%. A introdução de tecnologias poupadoras de mão-de-obra foi a solução encontrada e os resultados no nível de emprego foram frustrantes (BONELLI; FONSECA, 1998).

Além dos efeitos no mercado de trabalho, a redução tarifária e a abertura comercial têm um efeito direto na capacidade exportadora e importadora da indústria nacional. Markwald (2001, p. 14) descreve as principais mudanças ocorridas na estrutura industrial brasileira, com foco em indicadores externos, como coeficientes de exportação e de penetração de importações, desagregados socialmente; mostra também a evolução da propensão a exportar e importar das firmas brasileiras, discriminadas por tamanho, origem do capital e frequência exportadora: “[...] as duas principais conseqüências da abertura foram o explosivo aumento das importações e a drástica reversão dos saldos comerciais.”

Quanto ao setor têxtil, seu coeficiente de penetração esteve muito próximo ao da média da indústria nacional, mas com tendência a elevação durante o período de 1990-2000. Isso se deve à substituição de alguns insumos, como algodão e tecidos sintéticos, por importados, e à própria retração ocorrida na produção interna.

A avaliação dos impactos da abertura comercial foi realizada por Soares (1994), em estudo que dedica especial atenção às principais estratégias adotadas pelas empresas do setor e às expectativas dos empresários nessa nova realidade. Os resultados da pesquisa mostram a reprovação e o ceticismo do empresariado com relação ao modo pelo qual se ordenou o processo de abertura da economia. A falta de apoio do governo federal durante o processo também foi apontada como uma das principais falhas. Nesse novo contato, empresas de maior porte e com capital de giro maior sobreviveram à rápida redução tarifária e ao aumento da exposição ao mercado externo. O segmento de confecções, pela própria natureza da estrutura das empresas que o compõem – a maioria de pequeno e médio portes –, diversificou a produção, gerou empregos informais e muitas fecharam as suas portas.

A compreensão da trajetória do setor têxtil brasileiro ao longo destes últimos dez anos requer um estudo do funcionamento do mercado têxtil além fronteiras. A seguir, faremos uma breve exposição acerca do seu funcionamento e a posição que o Brasil ocupa nesse segmento.

2.1. Mercado internacional têxtil e principais parceiros do Brasil

A participação do Brasil no mercado mundial ainda é bastante tímida, apenas 1,1% do mercado mundial. A abertura do mercado às importações, em 1990, de certo modo contribuiu para a reversão do saldo da balança comercial do setor. A redução rápida de alíquotas de importação e a falta de um apoio do governo no que se refere à estruturação do setor favoreceram a entrada de novos concorrentes no mercado nacional.

A Tabela I mostra claramente a reversão da situação pós-abertura comercial. Observe-se que os segmentos que agregam menor valor ao produto final – filamentos, no caso – foram os que mais fortemente sofreram impacto da abertura.

Tabela I – Evolução do saldo da balança comercial (milhões de dólares [US\$]).

Segmentos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Fibras/filamentos	-1.143.033	-810.730	-639.276	-697.773	-265.000	-204.701
Têxteis	.21.974	-51.923	242	-47.421	-20.646	-34.060
Confecionados	16.401	52.716	205.853	361.184	359.057	390.823
Total	-1.148.606	-809.937	-433.181	-384.010	73.411	152.062

Fonte: Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI), 2002.

Com a entrada do Plano Real em 1994, o crescimento das importações têxteis foi alimentado principalmente pelo câmbio favorável. A partir de 1997, com a consolidação dos investimentos locais e o desaquecimento da demanda interna, observa-se uma acomodação das importações que se consolidou finalmente em 1999, quando ocorreu a desvalorização cambial.

A reação dos segmentos do complexo têxtil é visível, principalmente para o segmento de confeccionados. Segundo dados do Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI) (2002), dois anos após a desvalorização do câmbio, as exportações de produtos têxteis em geral apresentaram um crescimento vigoroso, aumentando em 21% os valores exportados, atingindo a marca de 1,2 bilhão de dólares (US\$).

Segundo Soares (1994), as mudanças ocorridas na composição do mercado de têxteis e vestuário são um reflexo das mudanças estruturais no setor têxtil mundial. Isso revela a ocorrência de um fenômeno que vem caracterizando o crescimento das transações internacionais com produtos industriais, nas últimas décadas: a elevação do comércio intra-industrial entre países. Os maiores parceiros comerciais do Brasil são Argentina, Estados Unidos da América (EUA) e China; o conjunto dos países que compõem o bloco do MERCOSUL responde por cerca de 36% das exportações. Somando a participação de todos os países da América, esse total alcança a cifra de 75% de toda a venda externa de têxteis brasileiros, como demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 – Exportações brasileiras (2000).

Países de destino	Valores (mil dólares)	Participação (%)
Argentina	342.851	28,1
EUA	267.973	21,9
Colômbia	59.160	4,8
Chile	58.297	4,8
Alemanha	52.511	4,3
Paraguai	45.935	4,2
Japão	44.377	3,8
Uruguai	30.867	3,6

Fonte: IEMI (2002).

Para que possamos compreender melhor a dinâmica do mercado têxtil brasileiro na comunidade internacional de comércio, faremos a seguir uma análise da influência de algumas variáveis, tais como tarifas, câmbio e taxa de juros.

2.2. A abertura comercial e seus efeitos na indústria nacional

A abertura comercial deve ser compreendida também dentro da história econômica, pois a instabilidade por que passou o país na década de 80 deixou a indústria nacional com uma grande perda em termos de inserção competitiva no comércio interno e externo. Esse processo deve ser visto como uma forma de disponibilizar à indústria nacional novas técnicas e tecnologias avançadas, amplamente utilizadas pelos países desenvolvidos durante a década de 80. Como mostra Markwald (2001, p. 3):

As críticas ao protecionismo e os argumentos pró-liberalização definem com clareza os resultados previstos pelos defensores da reforma comercial: (i) uma alocação mais eficiente dos recursos produtivos, beneficiando particularmente os setores intensivos em mão-de-obra de baixa qualificação e os setores intensivos em recursos naturais; (ii) o aumento generalizado da produtividade, como resultado do ambiente mais competitivo, do maior acesso a insumos e bens de capital importados, da introdução de inovações gerenciais e de novos modelos organizacionais, da especialização produtiva, do aumento das escalas de produção, e, por último da redução dos custos e eliminação de desperdícios; (iii) o aumento do investimento; (iv) a elevação do gasto privado em P&D e capacitação tecnológica; (v) o aumento expressivo das importações; e (vi) o aumento concomitante das exportações, em decorrência da eliminação do viés anti-exportação.

Segundo definição de Canuto (1994), a realização da abertura, como parte das políticas de liberalização, teve por objetivos anunciados estabelecer o realinhamento de preços relativos

para realocar os fatores de produção de bens importáveis para exportáveis, de acordo com as vantagens comparativas, bem como eliminar os comportamentos *rent-seeking* e estimular, por meio da redução de tarifas, a eficiência dos produtores locais.

O processo de abertura comercial no Brasil concentrou-se entre 1988 e 1993, quando as tarifas médias de importação, que estavam aproximadamente em torno de 50%, foram reduzidas para 13,20%. Conforme se depreende da Tabela 3.

Tabela 3 – Evolução da liberalização comercial no Brasil das tarifas (1988-2006).

Anos	Tarifa média	Desvio-padrão
1988	51.3	*
1989	37.4	*
1990	32.2	19.2
Fev/91	25.3	17.4
Jan/92	21.2	14.2
Jul/93	13.2	6.7
Dez/94	11.2	5.9
Dez/95	13.9	9.5
06/TEC	11.9	4.6

Obs.: * não divulgado.

Fonte: Gremaud et al. (2002, p. 72).

Durante o governo Collor, entre os anos 1990 e 1992, foram editadas várias medidas que estimularam as importações. Dentre elas, destacam-se:

- revogação da lista de produtos do anexo 'C' da Câmara Comercial de Exportação que suspendia a importação de produtos;¹
- dispensa de anuência prévia para importação de alguns produtos (incluindo bens de informática);
- redução de 50% para 25% *ad valorem* do adicional de frete para renovação da Marinha Mercante;
- eliminação de controles quantitativos (cotas) para importação;

- redução do índice de nacionalização para produtos da indústria brasileira (90% para um mínimo de 70%);
- redução das alíquotas tarifárias para produtos têxteis;
- redução das alíquotas tarifárias de importação de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas;
- redução de impostos de importação e de imposto sobre produtos industrializados (IPI) sobre bens de capital destinados aos setores de energia e telecomunicações;
- diminuição do prazo de liberação de guias de importação (barreiras não-tarifárias);

Efetivamente implementada pelo governo Collor e aprimorada no governo Itamar, a abertura comercial também serviu como um dos principais pilares para a estabilidade monetária almejada pelo Plano Real, pois colocava produtos externos à disposição do consumidor nacional, obrigando a indústria nacional a tornar-se mais competitiva, a fim de não perder espaço no mercado interno.

Com os fatores descritos, torna-se evidente que o caminho trilhado pela economia brasileira logo após a implantação do Real foi sustentar sucessivos déficits da conta comercial, devido não somente ao elevado nível de importações, mas também ao um decréscimo no ritmo de crescimento das exportações. Obviamente, o impacto desse cenário recaiu de forma diferenciada sobre os diversos setores produtivos da economia. Alguns deles conseguiram beneficiar-se com a facilidade da importação de bens de capital que proporcionou maior competitividade às suas atividades.

De acordo com Laplane; Silva (1994), a política industrial, em meio ao cenário de mudança induzido pela abertura comercial, passou por uma redefinição, tornando o fortalecimento da competitividade o principal eixo para a expansão do setor. A base de redefinição seria dada pela própria abertura comercial, pela desregulação com o obje-

¹ Na década de 80, com o intuito de dificultar a importação de determinados bens pelo setor público, o Ministério da Fazenda listou uma série de produtos cuja importação somente era permitida por meio de emissão de guias de importação. Na verdade, foi o principal instrumento não-tarifário utilizado durante aquela década. Criada inicialmente em caráter temporário, acabou sendo estendida ao setor privado pelo Comunicado 543 (06.02.1976).

tivo de induzir os empresários a comportamentos mais competitivos. Contudo, a primeira reação das empresas brasileiras, em meio à abertura comercial e aos desajustes da estabilização econômica do governo Collor, foi a implementação de um ajuste defensivo mais profundo que o da década anterior, com redução drástica no nível de emprego provocada pela especialização e racionalização da capacidade produtiva.

O Estudo de Competitividade da Indústria Brasileira (ECIB) (apud LAPLANE; SILVA, 1994), realizado logo após a abertura comercial, analisou o impacto das mudanças estruturais em 33 setores da economia nacional, para diagnosticar o grau de competitividade, mostrando que ela é determinada por três fatores:

- 1) fatores sistêmicos: condições do ambiente econômico;
- 2) fatores empresariais: intrínsecos aos recursos e estratégias empresariais;
- 3) fatores estruturais: associados às condições de cada setor.

Os setores analisados foram agrupados em setores com capacidade competitiva e com deficiências competitivas. Os setores com capacidade competitiva abrangem empresas do complexo agroindustrial (soja, café, laranja), químico (petróleo e petroquímica), metalmecânico (minério de ferro, siderurgia, alumínio) e de papel e celulose, e apresentam, como características, uso intensivo de recursos naturais, capacidade produtiva tecnológica atualizada e boa capacitação gerencial. Esses setores foram os que mais sobressaíram na década de 80, quando havia a estagnação industrial, e continuaram a ser os pilares do crescimento da década 90 e o dos anos atuais, pois correspondem aos setores com elevado grau de participação nas exportações. Os setores com deficiência competitiva, dos quais participam algumas outras empresas do complexo agroindustrial (abate, laticínios), químico (fertilizantes), metalmecânico (automobilística), têxtil, entre outros, têm em comum a forte dependência do mercado interno

e apenas as empresas líderes de cada setor são competitivas e conseguem um bom desempenho na exportação. A singularidade dos efeitos da abertura comercial e políticas econômicas sobre esses setores com deficiência competitiva elevada, entre eles o têxtil, pode ser sintetizada na seguinte análise (op. cit., p. 10):

[...] o mercado interno, embora de grandes dimensões e potencialmente dinâmico, permaneceu estagnado e crescentemente pauperizado, desestimulando estratégias que priorizassem o aumento da qualidade ou a atualização/sofisticação dos produtos de consumo. [...] Neste contexto, as empresas líderes, mais competitivas, incorporam nas estratégias componentes de atualização dos produtos e processos e métodos de gestão. Muitas outras implementaram estratégias de sobrevivência baseadas na sonegação fiscal, na informalização trabalhista e na degradação da qualidade dos produtos.

De maneira heterogênea, o processo de abertura comercial teve grande impacto em quase todos os setores produtivos da economia brasileira. No início, impactos negativos, como desarticulação industrial de alguns setores, fechamento/falência de inúmeras empresas, aumento do desemprego em razão da queda da produção em diversas indústrias, repercutiram, com maior ênfase, na análise da estrutura industrial pós-abertura. Esses impactos podem ser percebidos por variações detectadas na composição industrial, como os coeficientes de penetração das importações e da participação das exportações na produção brasileira.

Tabela 4 – Coeficientes de penetração: importação/produção (%).

Categoria de uso	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Bens de consumo não duráveis	2,8	3,4	4,5	2,8	3,9	4,9	7,3	7,1
Bens de consumo duráveis	7,2	8,9	12,3	8,4	11,2	11,1	14,8	16,5
Bens intermediários elaborados	4,5	5,7	7,4	6,1	8,7	10,2	13,8	14,8
Bens intermediários	1,4	2,6	3,2	2,1	1,7	3,3	5,9	6,2
Bens de capital	11,1	19,8	33,3	21,6	25,6	32,6	47,7	61,5
Média da indústria	4,3	6	8,1	6,1	8,3	10,2	14,6	15,6

Fonte: Miranda (2001, p. 32).

A análise da Tabela 4 permite avaliar que, em todos os segmentos da indústria nacional, em razão da abertura comercial e da valorização da taxa de câmbio, o coeficiente de penetração médio da indústria elevou-se de 4,3%, em 1989, para 15,6%, em 1996. Destaca-se o setor de bens de capital, em que os produtos importados correspondiam a 11% da produção nacional, em 1989, e passaram para 61% da produção nacional. Os setores que apresentaram maior coeficiente importado foram as indústrias de máquinas e equipamentos para a produção e distribuição de energia elétrica, de beneficiamento, de fiação e tecelagem de fibras artificiais e naturais, de automóveis, de tratores e de terraplanagem. O coeficiente de penetração das importações na indústria de transformação, por exemplo, expandiu-se em 200% entre 1989 e 1996, elevando-se o coeficiente importado de 4,6% para 14%. A participação das exportações na produção industrial, no mesmo período, apresentou um acréscimo de 44%, passando de 10,1% para 14,5%.

Esses dados demonstram que os efeitos da abertura comercial foram assimétricos para a importação e exportações. Um fator que contribuiu para que as exportações se elevassem com menor vigor que o coeficiente importado foi o grau de concentração das vendas externas no período de 1990-1997. No estudo apresentado por Miranda (op. cit.), mil empresas foram responsáveis por cerca de 90% das exportações do Brasil, com as 500 maiores exportadoras respondendo por

80,5% desse total. Nesse período, aproximadamente 58% das exportações do país dependiam do desempenho de 150 principais exportadoras.

O aumento de investimentos, principalmente a recuperação de investimentos no âmbito tecnológico, e os novos métodos produtivos e gerenciais adotados em grande parte dos setores econômicos mostraram que os instrumentos utilizados na abertura comercial e financeira, mesmo com ressalvas quanto ao *timing* do processo de redução tarifária, tiveram um impacto positivo no bem-estar econômico do país.

Em relação ao setor têxtil, as indústrias de fiação e tecelagem brasileiras promoveram a reestruturação, substituindo teares com 15 a 20 anos de uso, em média, por máquinas de fiar, tecer e estampar com controle microeletrônico. Nas indústrias do vestuário, a reestruturação do processo produtivo centrou-se na introdução de *softwares* como o *Computer Aided Design* (CAD) e *Computer Aided Manufacturing* (CAM). As empresas, principalmente de médio e pequeno porte, que não iniciaram o processo de reestruturação de suas plantas no início da abertura comercial, quando a concorrência com os produtos importados não era tão acirrada, não se mantiveram no mercado. Pode-se concluir que a redução do número de empresas ocorreu porque muitas delas não conseguiram modernizar-se e concorrer com produtos importados, principalmente no período de valorização do Real (1994-1999).

No entanto, ao longo do tempo, uma recuperação gradual e sustentada prevaleceu para uma parte significativa das empresas que compõem esse setor. A recuperação da produtividade se deve aos investimentos na modernização de suas plantas industriais e na aquisição de máquinas e equipamentos importados. Durante o processo, a indústria promoveu, induzida também pela competitividade dos produtos importados, uma intensa diversificação de produtos têxteis no mercado, por meio de novas técnicas produtivas e da utilização de novos insumos.

3. Método da pesquisa

Dada a heterogeneidade do parque industrial têxtil, é bastante difícil anteciper a precisão dos resultados, uma vez que os efeitos da abertura comercial são bastante diferenciados para um setor altamente heterogêneo como o têxtil. Por outro lado, pesquisas baseadas exclusivamente em consultas e visitas a empresas carregariam uma imprecisão.

Por esse motivo, o referido estudo fundamentou-se em informações coletadas em entrevistas realizadas com empresários e representantes de associações comerciais, como o Sindicato da Indústria Têxtil (SINDITÊXTIL), acerca das principais estratégias de adaptação adotadas após a abertura comercial ocorrida em 1990.

A seleção de empresas referenciou-se na publicação do IEMI (2002), configurando um total de 106, com 55 empresas de fiação e tecelagem, 30 malharias e o restante do ramo de confecções. Em fevereiro de 2004, foram enviados questionários às empresas listadas no IEMI (op. cit.), pertencentes ao segmento de grande e médio porte do setor têxtil, com o significativo retorno de 40% do total.

A elaboração do questionário baseou-se nas pesquisas realizadas, em 1991, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) – *Abertura comercial e estratégia tecnológica: a visão de líderes industriais brasileiros*, e pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) – *Condicionantes e diretrizes de política para a abertura comercial brasileira*.

4. Resultados e discussão

Conforme descrito na Tabela 5, o percentual de empresas têxteis respondentes alcançou 38,4%, ou seja, de 106 questionários enviados, 40 responderam à pesquisa. Desse número, as empresas de vestuário foram as que apresentaram maior retorno de respostas.

Tabela 5 –

Empresa IEMI e empresas participantes.

Discriminação	Empresas IEMI (2002)	Empresas participantes
Fiação e tecelagem	55	11
Malharia	30	08
Vestuário	21	21
Total	106	40

Fonte: Elaboração própria

A tabulação dos resultados mostrou claramente que a abertura comercial foi um episódio marcante, avaliado pela maioria das empresas participantes como positivo e salutar para a melhoria e o aperfeiçoamento da estrutura produtiva do setor. Cerca de 30% das empresas eram de perfil importador de matéria-prima e a maior parte delas já havia feito algum gasto com importação de equipamentos, ainda que pequeno. As empresas de fiação e tecelagem, por exemplo, foram as que mais investiram na aquisição de equipamentos em comparação com os dois outros segmentos do setor. Inicialmente, tais investimentos realizaram-se com o intuito de atualizar a tecnologia anteriormente utilizada, intensificada após o processo de abertura comercial. Empresários apontaram que as aquisições desses equipamentos feitas nos últimos cinco anos foram uma tentativa de manter o parque industrial atualizado e preparado para o aumento da concorrência externa. A importação de máquinas e equipamentos pelas demais empresas do setor ocorreu de modo gradual e em menor intensidade: os empresários do ramo de confecção indicaram outras estratégias de inserção no mercado consumidor que não a compra de novas máquinas, muitos deles optando por remodelar e diversificar sua produção tanto para o mercado local quanto para o externo. Já as malharias apresentaram uma forte tendência para compra de novos maquinários. A concretização desses investimentos dependeu da capacidade de financiamento das empresas.

Apesar de a abertura comercial ter ocorrido no início da década de 90, as empresas do ramo têxtil apresentaram inúmeras dificuldades para adaptar-se ao novo cenário, em maior grau as

do segmento de vestuário: cerca de 20% delas consideraram extremamente difícil adaptação a um novo patamar de concorrência, contra 10% de empresas do segmento de fiação e tecelagem.

Em meio às dificuldades, as empresas de vestuário diversificaram a produção e terceirizaram algumas etapas do processo produtivo, objetivando reduzir os custos, o que ocorreu principalmente nas etapas mais avançadas do processo, entre elas no de acabamento e bordados. Em entrevistas com empresários deste segmento, a manutenção de um certo grau de informalidade também foi apontada como uma das estratégias adotadas para a manutenção do negócio. Muitos empresários mostraram a dificuldade em manter uma empresa de pequeno e médio porte no Brasil conforme a legislação trabalhista e estadual. A desvalorização do câmbio, ocorrida em 1999, também foi apontada como um momento difícil para o setor, uma vez que gerou uma elevação dos custos do confeccionado em reais. Essa desvalorização suscitou a produção de produtos de menor qualidade e o abandono de algumas linhas de produção.

As dificuldades apontadas pelos empresários do segmento de fiação e têxtil dizem respeito à falta de linhas de crédito para a modernização do parque industrial – 50% dos empresários consideraram que o cronograma de redução tarifária ocorreu de modo muito rápido. Na opinião destes o governo poderia ter realizado um plano de reestruturação do segmento. Alguns entrevistados apontaram que tanto os elevados juros praticados internamente quanto a própria redução de tarifas prejudicaram o setor, e isso ainda tem dificultado sua reestruturação.

Para driblar os efeitos do processo de abertura, algumas empresas optaram por modernizar seu parque, enquanto outras com um menor capital de giro buscaram novos nichos de mercado com outras tendências em tecidos e novas cores. E alguns setores simplesmente diminuíram consideravelmente a sua produção e estão até os dias de hoje no ramo à espera de uma melhora no mercado. Essa contenção momentânea de produção de fios também coincide com a crise no cultivo

do algodão brasileiro, ocorrida no fim da década de 80 e início dos anos 90. Esse episódio acarretou o fechamento de inúmeras empresas de fiação e tecelagem no país.

Diferentemente, as empresas de malharia, após a abertura comercial, apresentaram forte disposição de aumentar sua produção, ou ainda para renegociar com os fornecedores. De acordo com as entrevistas, a expansão da produção só foi possível após o fechamento de acordos creditícios com os próprios fabricantes de teares de malharia, com o estabelecimento de uma ‘operação casada’ entre fabricante de malharia e fornecedor de equipamentos.

Decorrida mais de uma década, a abertura comercial ainda está viva na memória de muitos empresários do setor; seus efeitos e o modo pelo qual foi conduzido o processo ainda são por eles lembrados com muita angústia e apreensão. Por outro lado, a estabilização da economia alcançada a partir de 1994 é reconhecidamente um marco na memória desses produtores brasileiros. Apesar da existência de momentos ainda bastante difíceis, conforme mencionado – como a desvalorização do câmbio e a política de arrocho fiscal –, a abertura comercial é considerada um marco para a indústria nacional, cujo potencial competitivo se vinha esvaindo a cada avanço da tecnologia das negociações no mercado internacional.

5. Conclusões

Neste estudo, constatou-se que os impactos da abertura comercial na reestruturação econômica e produtiva do país, durante a década de 90, ocorreram de maneira diferenciada nos diversos setores produtivos da economia brasileira. A cadeia produtiva têxtil tomada como objeto deste estudo, é uma clara demonstração de como o impacto da abertura comercial pode ser sentido diferentemente pelas empresas que a compõem.

Ficou evidenciado que o setor têxtil foi duramente atingido com a redução de tarifas de importação e o aumento do poder de compra

nacional destinado a produtos importados. A fragilidade deste setor também se deve à elevada dependência da dinâmica do mercado interno, pois, apesar de seu imenso potencial, as empresas que lhe destinam seus produtos ficaram à mercê da evolução das políticas macroeconômicas nos últimos anos, ou seja, da taxa de juros permanentemente elevada para captar recursos externos e da conseqüente valorização do câmbio, aumentando a concorrência com produtos importados. Outros fatores já conhecidos do empresariado, como encargos tributários e infra-estrutura precária (fatores estruturais), têm como efeito refrear o potencial de crescimento dessas indústrias.

No processo de abertura comercial, os setores que já eram competitivos, com ênfase no mercado externo, tiveram maior capacidade de reação aos destemperos da política econômica, além de serem parcialmente beneficiados pela desvalorização cambial de 1999.

Não se pode negar, porém, que a abertura comercial proporcionou uma nova reestruturação do parque industrial têxtil, promovendo a modernização de máquinas e equipamentos utilizados na linha de tecelagem e fiação bem como do segmento de vestuário, permitindo uma nova inserção competitiva deste setor nos mercados interno e externo. Novamente, esta inserção modernizadora ocorre de forma díspar nos diversos segmentos da indústria têxtil. Fica evidente que houve uma modernização elevada já no início da década de 90 por parte das empresas de tecelagem e, de maneira geral, das empresas de grande porte. Porém ainda hoje, no segmento de vestuário, as pequenas e médias empresas permanecem com sistemas antigos de produção e, para tornarem-se mais competitivas, têm recorrido sistematicamente ao processo de terceirização da produção.

Nota-se também que o grau de importação de tecidos sintéticos que estava bem elevado nos primeiros anos da abertura comercial arrefeceu nos últimos anos, tendo como justificativa a desvalorização cambial e a própria diversificação de produtos por parte das tecelagens nacionais.

Referências

- BONELLI, R.; FONSECA R. Ganhos de produtividade e eficiência: novos resultados para a economia brasileira. *Texto para Discussão*. n. 557. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.
- BRAGA Helson; ROSSI, José Welisson. Produtividade total dos fatores de produção na indústria brasileira: mensuração e decomposição de sua taxa de crescimento. *Texto para Discussão*. n. 157. Rio de Janeiro: IPEA, 1988.
- CACCIAMALI, Maria C. Processo de informalidade, flexibilização das relações de trabalho e proteção social na América Latina. *Cadernos PUC Economia*. v. 11, p. 111-141. São Paulo: jun. 2001.
- CANUTO, Otaviano. Abertura Comercial, estrutura produtiva e crescimento econômico na América Latina. In: *Economia e Sociedade*. n. 3, p. 43-64. Campinas: Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), dez. 1994.
- GREMAUD, Patrick Amaury; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval; TONETO, Rudinei Júnior. *Economia brasileira contemporânea*. São Paulo: Atlas: 2002.
- INSTITUTO DE ESTUDOS E MARKETING INDUSTRIAL (IEMI). *Relatório setorial da cadeia têxtil brasileira*. São Paulo: 2002.
- LAPLANE, Mariano Francisco; SILVA, Ana Lúcia Gonçalves da. Dinâmica recente da indústria brasileira e desenvolvimento competitivo. In: *Economia e Sociedade*. n. 3, p. 65-76. Campinas: Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), dez. 1994.
- MARKWALD, R. O impacto da abertura comercial sobre a indústria brasileira: balanço de uma década. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*. n. 68, p. 1-28. Rio de Janeiro: 4º trimestre 2001. Disponível em: <<http://www.funccex.com.br>>. Acesso em: mar. 2004.
- MIRANDA, José Carlos. Abertura comercial, reestruturação industrial e exportações brasileiras na década de 90. *Textos para Discussão*. n. 829. Brasília, DF: IPEA, 2001.
- ROSSI JÚNIOR, José Luiz; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gomes. Evolução da produtividade industrial brasileira e abertura comercial. *Texto para Discussão*. n. 651. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 31 p.
- SOARES, Paula M. *Setor têxtil por um fio? Avaliação dos impactos da abertura comercial brasileira*. Dissertação de mestrado em Economia de Empresas, 1994. 110 p. Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP). São Paulo: 1994.

